

**Associação Nacional de História – ANPUH**  
**XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Entre a história e a memória.**

Antonio Torres Montenegro\*.

**Resumo:** Esse texto analisa o tema da História, da Memória e do Esquecimento, tomando como referência o debate que colocado por Maria Helena Capelato em seu artigo – Memória da Ditadura Militar Argentina: Um Desafio para a História, e por Peter Read em seu artigo The truth which will set us all free: National Reconciliation, Oral History and the Conspiracy of Silence.

**Palavras chaves:** História. Memória. Esquecimento.

**Abstract:** This text analyse the theme History, Memory and Forgotten, taken as a point for the debate since the article of Maria Helena Capelato – Memory of Military Argentina Dictatorship: a History Challenge and Peter Read article The truth which will set us all free: National reconciliation, Oral History and the Conspiracy of Silence.

**Key words:** History, Memory. Forgetting.

## Introdução

Um dos temas com o qual venho trabalhando há alguns anos está relacionado à história política do período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Entre as questões que a historiografia acerca desse tema suscita, encontra-se aquela relacionada à atuação da Igreja antes e depois de 1964. O livro de Antonio Callado *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*, (CALLADO: 1980) escrito inicialmente como reportagem, afirma que a Igreja Católica e o Partido Comunista, em Pernambuco, atuavam juntos. Márcio Moreira Alves, na introdução do seu livro *O Cristo do povo*, observa que já em 1965 os cristãos, tanto católicos como protestantes, ofereciam resistência ao regime que se instalara em 1964. Este seu livro, iniciado em 1966, surgiu do interesse em pesquisar os discursos e as práticas, principalmente dos católicos, que os tornavam adversários do regime que se estabelecera. (ALVES: 1968) O brasileiro Scott Mainwaring, ao narrar a relação da CNBB com o regime, transcreve a nota emitida pelos bispos em junho de 1964, de apoio ao regime. Mas observa que, “embora este documento da CNBB agradecesse aos militares por salvarem o país, havia alguns parágrafos mais críticos que revelavam as posições profundamente contraditórias dentro do episcopado.” Revela o autor que, mesmo com o predomínio dos bispos conservadores na direção da CNBB, de 1964 até 1968, esta instituição nunca se apresentou como um bloco homogêneo. (MAINWARING: 1989) O diversificado debate historiográfico acerca desse tema ampliava-se à medida que as minhas pesquisas avançavam e entravam em contato com uma vasta produção bibliográfica de autores como Clodovis Boff, Leonardo Boff, José Comblin, Pedro Casáldaliga, Riolando Azzi, Rubem Alves, Frei Betto, Thomas Bruneau, Carlos Rodrigues Brandão, Eduardo Hoornaert, Ralph Della Cava, Emmanuel de Kadt, José Batista Libânio, além de artigos em jornais e revistas. Essas leituras ajudaram na formulação de uma primeira questão. Percebi como, apesar da força e da presença histórica do catolicismo na sociedade, a Igreja Católica do Brasil sempre se ressentiu (desde o período colonial até os dias atuais) da falta de padres para atender seus fiéis, espalhados por esse vasto território. Dessa forma, a presença significativa de sacerdotes vindos de outros países tornou-se uma marca ou uma característica do clero no Brasil. Observei ainda que a historiografia, nos livros e artigos, não se voltava para os discursos e as práticas micro-históricas; não discutia o pensamento e as ações do clero em seu cotidiano.

---

<sup>1</sup> \* UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. APOIO CNPq.

TRILHAS METODOLÓGICAS: Ao privilegiar como uma das fontes documentais os relatos memorialísticos, de alguma forma esse texto se relaciona ao debate em torno da história oral. Sobretudo porque há alguns grupos, tanto no âmbito nacional como internacional, que defendem a história oral como disciplina, isto é, argumentam que o fato de realizar entrevistas e publicá-las seria o mesmo que fazer um tipo próprio de história, a história oral. Discordo inteiramente dessa perspectiva, porque entendo que a entrevista se constitui em mais uma fonte com que o historiador tem a possibilidade de trabalhar. As críticas apresentadas a essa tendência pela professora Mercedes Vilanova, da Universidade de Barcelona, em seu artigo ‘La historia sin adjetivos com fuentes orales y la historia del presente’, me parecem muito acertadas: “O fundamental para qualquer historiador é saber interpretar os documentos escritos de que dispõe, as tabelas que organiza, as imagens que observa e as palavras que escuta.” (VILLANOVA: 1998) Nessa mesma perspectiva, encontra-se o livro organizado pelas historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, *Usos e abusos da história oral*, em que afirmam: “Entendida como metodologia, a história oral nos remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica.” (AMADO: 1996)

Por outro lado, a história enquanto estudo, análise, produção do conhecimento acerca do passado, recupera marcas e significados por intermédio das mais diversas fontes; estejam estas depositadas em objetos, utensílios, obras de arte, monumentos, documentos escritos ou orais. Há, entretanto, um conjunto de especificidades relativas ao trabalho com cada uma dessas fontes, indissociáveis de uma série de problemas técnicos e mesmo teóricos que remetem o historiador a um constante diálogo interdisciplinar. Porém, o estudo do passado, tomando-se por base as marcas registradas pela oralidade, por meio de entrevistas gravadas, não funda, nem se constitui, do meu ponto de vista, uma outra disciplina ou campo de conhecimento, como defendem alguns. Nesse sentido, deve ser observado que o conhecimento histórico é produzido valendo-se de um lugar institucional que projeta temas e estabelece questões; em que os referenciais teórico-metodológicos, associados a uma prática de pesquisa, são construídos num constante diálogo com o *corpus* documental; em que a escrita se projeta como expressão acerca do passado, segundo Michel de Certeau, em *Escrita da história*, nomeando esse processo de “operação historiográfica”. (CERTEAU: 2000)

Um aspecto a destacar nesse debate refere-se à relação entre história e memória. Existem alguns elementos significativos a serem assinalados que remetem essencialmente às especificidades teórico-metodológicas das fontes escritas e orais. Os documentos de cartórios, de igrejas, de hospitais, de delegacias policiais e da imprensa oferecem ao historiador o

registro de uma história imediata. São representações construídas a partir de modelos institucionalizados de formas de percepção, catalogação, controle e condenação.

Uma outra dimensão a analisar no que se refere especificamente aos relatos orais de memória diz respeito às formas de reconstruir as marcas do passado. Embora as experiências do presente possibilitem um processo contínuo de mudanças na forma de significar estas marcas, em muitas entrevistas os narradores apresentam suas histórias de vida, como lembranças que interromperam o movimento de resignificação constante. Para eles é como se o tempo, as novas experiências cotidianas, não alterasse o significado estabelecido na relação com as marcas depositadas na memória. E parecem desafiar Bergson, que em *Matéria e memória*, (BERGSON: 1990) afirma a impossibilidade de visitarmos duas vezes a mesma memória, porque esta ao se encontrar associada à percepção interage com o movimento e a mudança que são apreendidos do mundo exterior, produzindo constantes deslocamentos em nossas maneiras de significar a realidade. No entanto, essa dimensão – fugaz e móvel – da memória que alguns relatos orais parecem negar, ainda é alvo da crítica de uma parcela de historiadores que pensam o documento como contendo a verdade do vivido.

REVISITANDO OS RELATOS DE HISTÓRIA DE VIDA: Após essas considerações metodológicas, passo à análise dos relatos de história de vida de dois padres. Embora tenha realizado dezenas de entrevistas com sacerdotes que emigraram para o Brasil, antes e depois de 1964, algumas se apresentaram emblemáticas: os relatos de história de vida dos padres franceses José Servat e Xavier Maupeou, do padre belga Joseph Comblin e dos padres holandeses Jaime de Bôer e Lambertus Bogaard. Essas entrevistas, realizadas no final da década de 1990, possibilitaram a escrita e publicação de alguns artigos. No entanto, tinha como um dos objetivos a publicação em livro das cinco histórias de vida, como já havia ocorrido com outros trabalhos de pesquisa, em que recorri aos relatos orais de memória como fonte documental. Entendo que a publicação de entrevistas de história de vida em livro – como também a divulgação em site –, como fazem diversas instituições, é sempre uma forma de possibilitar o acesso de outros pesquisadores a essas fontes.

No entanto, foi em um artigo de Maria Helena Capelato, *Memória da ditadura militar na Argentina: um desafio para a História* (CAPELATO: 2006), que encontrei elementos teóricos e historiográficos para enfrentar de maneira mais efetiva o impasse metodológico que a publicação das histórias de vida dos padres me colocava. A historiadora apresenta um quadro muito significativo do debate que se estabelece na Argentina, em torno do tema história e memória. Este tem como referência um conjunto de relatos dos perseguidos, dos presos e dos torturados pela ditadura militar Argentina, que esteve no poder de 1976 a 1983.

As reflexões construídas acerca dessa temática, valendo-se de uma experiência histórica efetiva, possibilitaram historiar esse debate durante aproximadamente duas décadas. Seguindo a trilha do debate político e acadêmico que se segue ao fim do regime militar na Argentina, Maria Helena Capelato aponta a grande importância social, histórica e política da publicação do *Informe* – também conhecido como *Nunca Más* – que apresenta o relato de 1.092 testemunhas. Nele está descrito pelas vítimas libertadas ou que escaparam dos campos de concentração, as sevícias atrozidades e as formas de tortura, bem como os assassinatos, denunciados por famílias de desaparecidos. Este documento pode ser considerado o ato de fundação da construção da memória da ditadura na Argentina. Nos anos seguintes vão surgir outras manifestações da memória, por meio de filmes, peças teatrais, exposições de fotos e comemorações de datas significativas. Todo esse conjunto de signos, que vem do passado, intenta estabelecer a versão verdadeira e definitiva da história por meio da memória.

Maria Helena Capelato revela, como na década de 1990 a memória sobre o período da ditadura se amplia consideravelmente, e os abusos da memória começam a apresentar-se como um problema. É colocado então no debate a questão: o que lembrar e o que esquecer para que se possa atender ao presente e ao futuro?

O desafio de como superar esse impasse começa a ser colocado para a sociedade e, nesse aspecto, algumas publicações, como *Los trabajos de la memoria*, da socióloga argentina Elizabeth Jelin, se apresenta como uma significativa contribuição a esta reflexão. A historiadora Beatriz Sarlo, em seu estudo *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*, defende que a memória deve servir à compreensão e não apenas à rememoração. Estava em pauta a complexa relação entre história, memória e esquecimento. Uma passagem do livro de Jean Marie Gagnebin, *Lembrar, escrever, esquecer*, podem ajudar nessa reflexão:


*Não se trata de lembrar o passado, de torná-lo presente na memória para permanecer no registro da queixa, da acusação, da recriminação [...] Em oposição a essas figuras melancólicas e narcísicas da memória, Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. (GAGNEBIN: 2006. P. 102/105)*

Em outros termos, há que lembrar, no entanto, o ato de recordar deve atender as questões e aos desafios do presente, ou seja, a construção histórica que elabora sentidos/significados acerca do passado para atender as questões do presente.

É no cenário de todo esse debate que se situa o artigo *The truth which set us all free: national reconciliation, oral history and the conspiracy of silence*, do historiador Peter Read.

(CLIO: 2006). Este analisa, de maneira comparativa, o projeto de Reconciliação Nacional no Chile, após o período Pinochet, e, na Austrália, o projeto de Reconciliação em relação às crianças aborígenes roubadas de suas famílias e internadas em instituições governamentais. A questão central apresentada é se as fontes orais, ao possibilitarem reconstruir as mais diferentes memórias, são compatíveis com os projetos de Reconciliação Nacional.

Nesse sentido, revela Peter Read que, em 1990, o governo trabalhista da Austrália criou o Council of Aboriginal Reconciliation. Esse conselho, constituído por 15 aborígenes e 15 não aborígenes, deveria apresentar no ano 2000 um documento de Reconciliação Nacional. Este documento, ao ser concluído e aprovado pela comissão instaurada, foi submetido às comunidades aborígenes e, depois de uma longa e difícil negociação, aceito por elas. No entanto, o novo governo, de linha conservadora, rejeitou o documento da Comissão. Porém, em seguida, esse mesmo governo alocou um milhão de dólares num projeto de história oral para registrar a história de toda uma geração de crianças aborígenes roubadas, coordenado pela Biblioteca Nacional da Austrália. Foi definido como um dos seus objetivos ouvir todos os que de alguma forma participaram daquela história: as crianças hoje adultas, seus pais, os missionários, os funcionários das instituições de internamento, a polícia que as capturava, assim como os funcionários dos órgãos governamentais responsáveis por essa política.

Por meio de entrevistas orais gravadas, centenas de relatos de memória instituem marcas e significados acerca daquele passado. A questão que se coloca, então, é se após essa profusão memorialista haverá espaço para o trabalho do historiador. Pois do contrário, o que a sociedade poderá ter como memória, em face desse enorme arquivo oral, serão narrativas de acusação, relatos de sofrimentos, confissões de culpa, correndo-se o risco de não romper o círculo do passado. 

A temática que privilegiaria, então, para discutir no âmbito desse trabalho de memória e atuação dos padres da Igreja Católica, é a do colonialismo, na suas dimensões política e cultural. Ou seja, o Brasil é considerado pela Igreja Católica como um país para o qual padres são enviados em missão religiosa, mas também política. Poder-se-ia imaginar o que significa um exército de padres que emigram para o Brasil, com a visão de que estão indo para um país atrasado nos aspectos religioso, cultural, social, político e econômico. Afinal, é com essa concepção que as pessoas normalmente são educadas e formadas na Europa e nos Estados Unidos.

No entanto, embora formados nessa visão etnocêntrica, excludente das outras culturas, muitos padres (e leigos) são capazes de reelaborar e refazer seus referenciais e, por extensão, reconstruir seus discursos e suas práticas, como expressa o relato de Lambertus:

*No tempo em que cheguei ao Brasil (especialmente no interior), os que mandavam eram o prefeito, o delegado, o juiz e o vigário. O que o padre dizia era lei. Na Holanda é diferente. Aqui no Nordeste não há diálogo. O leigo só obedece. Por outro lado, o padre é subserviente ao bispo. O bispo manda e desmanda. Ele, por sua vez, não assume nada, a não ser em obediência ao papa. É uma passividade tremenda, o que inclui medo de assumir responsabilidades e de lutar por suas idéias e convicções. (Padre Lambertus Bogaard, entrevista citada)*

A postura de que ele, o europeu, é quem tem o conhecimento e a população nada sabe é algo próprio à cultura colonialista e imperialista da Europa. Lambertus assegura que, com muito esforço, aprendeu que não pode ou não deve ser “bem assim”. No entanto, muitos não chegam a ter o entendimento que afirmam ter alcançado. Sobre esse conjunto de padres que nunca teria mudado sua perspectiva colonialista, pode-se imaginar a influência e o papel exercido na formação da visão de mundo de parcelas da população. Lambertus revela ainda o choque vivenciado no que tange às práticas de poder que dominam a sociedade e à estrutura da Igreja Católica, assim como na relação com os leigos.

Em vista dessas considerações, passo, então, ao primeiro trecho do relato do padre Comblin, ao reconstruir mnemonicamente seu projeto de vida sacerdotal fora da Europa:

*Terminei os estudos em 1950. Pedi para fazer uma experiência numa paróquia. Um dia o bispo auxiliar chamou-me para dizer: “Você vai para a paróquia do Sagrado Coração em Bruxelas.”*

*Em breve entendi que com essa pastoral a Igreja ia ser abandonada numa geração. Ainda 40% da população ia à missa. Aparentemente estava tudo bem. No entanto, a cada ano diminuía a proporção de praticantes, em todos os sacramentos. E, sobretudo, enfraquecia-se a fé. (Entrevista com o padre Joseph Comblin, em 07 e 24 de março de 1998.)*

A maneira como descreve a sua inquietação e desacordo, com a situação da Igreja na Bélgica, levava-o a pensar em ir atuar em outro país. Pensava inicialmente na África. E ele próprio afirma que, para um belga, esta era a primeira idéia que vinha à mente. No entanto, a convocação de Pio XII, para que os bispos enviassem padres à América Latina, veio atender, de alguma forma, àquela sua inquietação:

*Comecei a ficar preocupado e, depois, desesperado. Sentia que toda a Igreja na Europa estava no caminho da decadência e da desintegração, porque nada oferecia aos contemporâneos. Somente havia essa obsessão do comunismo, que Pio XII alimentava sistematicamente. Prestei atenção a uma citação do padre Leiber, que achei num livro de Friedrich Heer, um historiador austríaco. A citação era a seguinte: o padre Leiber explicava que, no momento atual, a Igreja era como uma fortaleza assediada numa ilha. Cortou todas as pontes, fechou a porta e jogou a chave na água. Mesmo querendo, ela não podia mais se salvar. Assim pensava o homem que mais conhecia os pensamentos do Papa.*

Pode-se compreender por meio desses relatos (Lambertus Bogaard e Joseph Comblin) que a perspectiva de “império religioso”, mantida há séculos pela Igreja Católica, contribuirá,

no contexto da Guerra Fria, decisivamente, para o seu alinhamento ao anticomunismo dominante. Entretanto, no nível das micro-relações é possível perceber como diversos padres, ao aceitar missões em outros países, não irão necessariamente atender ou cumprir o papel definido pela cúpula da Igreja. Ao mesmo tempo, em face da rígida estrutura de poder, no interior da Igreja, muitos padres entrarão em choque com a orientação dos bispos, a quem estão submetidos. Este choque ou este conflito de poder, na relação entre bispos e padres, é tema para uma outra pesquisa.

### **Bibliografia**

- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá. 1968.
- AMADO, Janaina e Marieta de Moraes Ferreira (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes – a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história*. *Clio*, Recife: Editora da UFPE, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000,
- GAGNEBIN, Jean Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo*. *História Unisinos*. v. 09, n. 11, São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.